

A DINÂMICA TERRITORIALIZAÇÃO-DESTERRITORIALIZAÇÃO- RETERRITORIALIZAÇÃO EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA NA CAMPANHA GAÚCHA

DYNAMICS TERRITORIALIZATION-DETERRITORIALIZATION- RETERRITORIALIZATION IN AREAS OF AGRARIAN REFORM IN CAMPANHA GAÚCHA

Marcelo Cervo Chelotti

Professor nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia
Laboratório de Geografia Agrária - Universidade Federal de Uberlândia - UFU
chelotti@ig.ufu.br

Resumo

O presente artigo incorpora a discussão teórica sobre a dinâmica Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização no âmbito dos estudos sobre as novas territorialidades promovidas pelos assentamentos rurais. Nosso esforço foi realizar a transposição teórica da des-re-territorialização na pesquisa empírica realizada em dezenas de assentamentos rurais localizados na Campanha Gaúcha.

Palavras-chave: Territorialização. Desterritorialização. Reterritorialização. Assentamentos Rurais. Campanha Gaúcha.

Abstract

This article incorporates the theoretical discussion about the dynamics Territorialization, Deterritorialization and Reterritorialization from the studies on new territorialities promoted by rural settlements. Our effort was conduct a theoretical implementation of de-re-territorialisation, in empirical research conducted in dozens of rural settlements located in Gaucha Campaign.

Keywords: Territorialization. Deterritorialization. Reterritorialization. Rural Settlements. Campanha Gaúcha.

Introdução

Na tentativa de compreender as diferentes territorialidades encontradas no campo brasileiro, o presente artigo pretende discutir a importância da dinâmica Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (T-D-R). A partir daí, numa perspectiva geográfica, entendemos que seja uma importante ferramenta teórica para compreendermos as transformações socioespaciais em curso no campo brasileiro, como

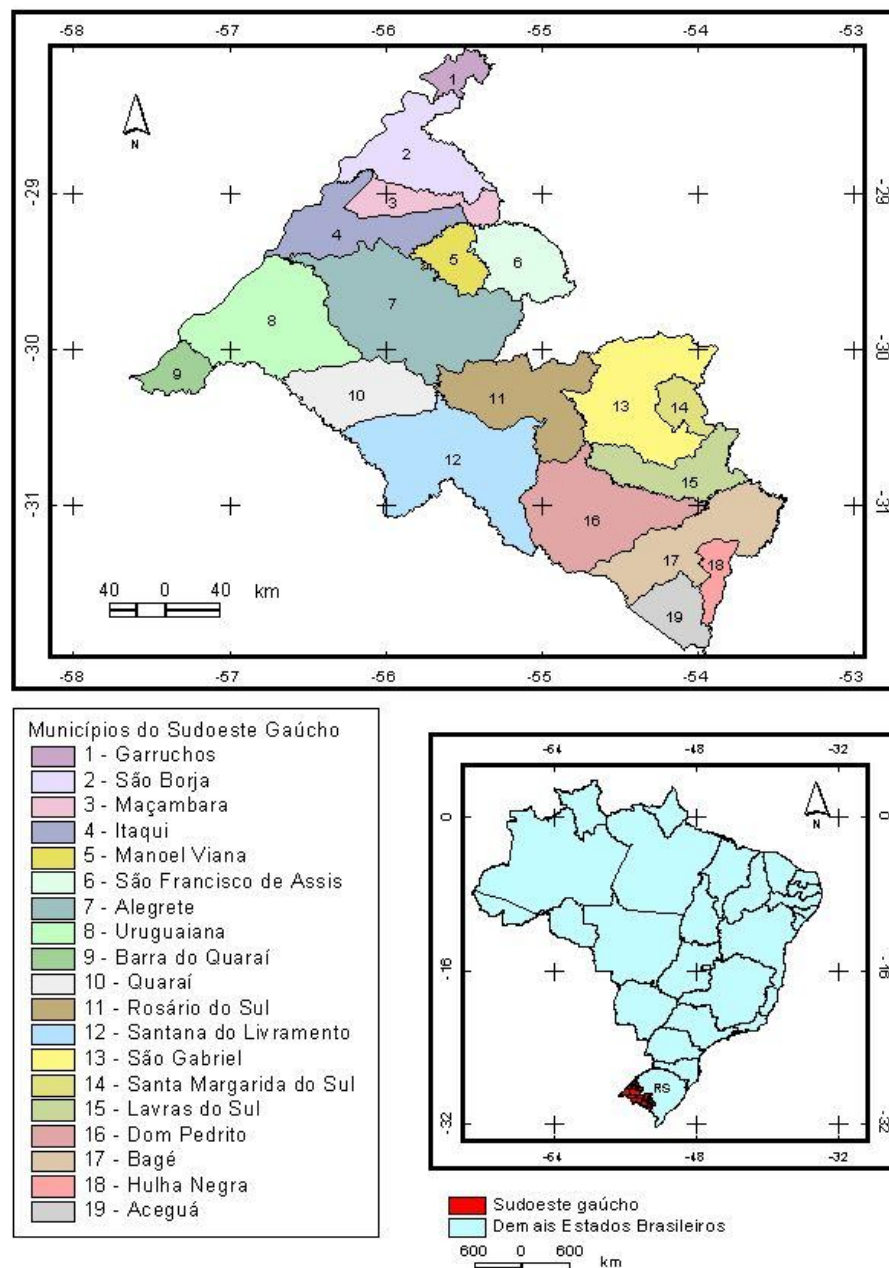
a expansão do agronegócio, a consolidação dos movimentos sociais, dentre outras territorialidades.

Ao discutir a incorporação dos processos de T-D-R na Geografia, em especial nos estudos agrários, partimos do reconhecimento da importância do movimento de renovação da Geografia brasileira que, por sua vez, teve seu marco temporal no ano de 1978, introduzindo uma perspectiva mais crítica na análise da espacialidade dos fenômenos sociais. Assim, alguns conceitos trabalhados na Geografia ganharam maior evidência, podendo-se citar o caso do território e seus desdobramentos, como territorialidade e territorialização.

Portanto, os processos geográficos de T-D-R apresentam-se como importante viés analítico para interpretarmos a atuação dos movimentos sociais no campo e a construção de novos territórios da produção camponesa. No caso específico do processo de instalação de assentamentos rurais de reforma agrária na Campanha Gaúcha¹ (Mapa 1), evidenciamos múltiplos processos de T-D-R desenvolvidos após a instalação desses assentamentos pelo Governo Estadual e Federal.

A partir do final da década de 1980, em alguns municípios da Campanha Gaúcha, foram instalados assentamentos de trabalhadores rurais sem-terra oriundos, principalmente, do norte do Rio Grande do Sul. Na década de 1990, essa região tornou-se área prioritária para a instalação de dezenas de assentamentos rurais pelos governos estadual e federal em função do baixo valor de mercado de suas terras. No entanto, tal política de Estado sempre foi repudiada, principalmente por segmentos ligados ao setor agropecuário capitalista.

Na década de 1990, intensificaram-se os conflitos fundiários entre os sem-terra, organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e os latifundiários da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL)². O resultado desse processo foi a atuação do Estado na aquisição de dezenas de propriedades para a realização de assentamentos rurais. A conquista e a inserção de assentamentos em áreas típicas de pecuária de corte extensiva nessa região fizeram parte do processo de territorialização da luta pela terra na década de 1990.



Mapa 1 – Campanha Gaúcha: posição geográfica em relação ao Rio Grande do Sul e ao Brasil.

No entanto, gostaríamos de destacar que os processos geográficos de T-D-R não são estanques, pelo contrário, configuram-se como processos dinâmicos inerentes à própria sociedade. Assim, o fato de um trabalhador sem-terra estar assentado (reterritorializado) não significa que ele tenha encerrado esse processo. O que

evidenciamos, durante a realização do trabalho de campo, é que muitos desistem do lote e tornam-se novamente desterritorializados. Por isso, os processos geográficos de T-D-R não são encarados como uma fórmula matemática em que o somatório de fatores gera um resultado definitivo.

A dinâmica T-D-R na reforma agrária envolve dimensões materiais e imateriais. As dimensões materiais dizem respeito às questões de infraestrutura, que geralmente é precária, principalmente nos primeiros anos de assentamento, associadas à falta de uma verdadeira política de extensão rural e de financiamento para as atividades agropecuárias. No plano da dimensão imaterial, entram em cena aspectos culturais, em que falam mais alto os sentimentos de saudade em relação aos familiares, de estranhamento do novo lugar, de isolamento geográfico, dentre outros.

Nesse sentido, dividimos o presente ensaio em duas grandes partes. Na primeira, realizamos uma pequena revisão da discussão teórica sobre a dinâmica T-D-R; na segunda, fizemos a transposição teórica da des-re-territorialização para nosso estudo empírico, realizado em assentamentos rurais de reforma agrária localizados na Campanha Gaúcha; por fim, tecemos algumas considerações.

Marco teórico-conceitual

O movimento de renovação da Geografia brasileira, que teve como marco temporal o ano de 1978, introduziu uma perspectiva mais crítica na análise da espacialidade dos fenômenos sociais. Assim, alguns conceitos trabalhados na Geografia ganharam maior evidência que outros, podendo-se citar o caso do território. Para Santos e Silveira (2002), o que interessa discutir é o território usado, sinônimo de espaço geográfico.

Dessa forma, o que passou a interessar aos geógrafos foi o espaço geográfico, entendido como aquele espaço que é utilizado pelo homem e do qual ele se apropria. O resultado dessa relação seria a “produção do espaço geográfico”. Portanto, no espaço, as relações sociais se materializam e se reproduzem, gerando territórios a partir das relações de poder.

Com o avanço do processo dominante de globalização, generalizou-se o discurso de um mundo cada vez mais desenraizado, móvel, fluido (virtual), em detrimento de um mundo mais enraizado (territorial). Para Haesbaert (2002), o conceito de território é o

mais difundido na Geografia, e a maioria dos trabalhos focaliza sua destruição, ou seja, a desterritorialização, sem deixar claro que concepção de território se encontra por trás desse processo.

Temos, então, dependendo da ênfase a um ou outro de seus aspectos, uma desterritorialização baseada numa leitura econômica (deslocalização), cartográfica (superação das distâncias), “técnico-informacional” (desmaterialização das conexões), política (superação das fronteiras políticas) e cultural (desenraizamento simbólico-cultural). Na verdade, parece claro, são processos concomitantes: a economia se multilocaliza, tentando superar o entrave distância, na medida em que se difundem conexões instantâneas que relativizam o controle físico das fronteiras políticas, promovendo, assim, um certo desenraizamento das pessoas em relação aos seus espaços imediatos de vida. Mas o que se vê, na realidade, são relações muito complexas. [...] A desterritorialização que ocorre numa escala geográfica geralmente implica uma reterritorialização em outra [...] (HAESBAERT, 2002, p. 132-3).

Estamos diante do que se denominou como processos geográficos de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (T-D-R), pois a criação de territórios seria representada pela territorialização, a sua destruição (por mais que seja temporária) pela desterritorialização e a sua recriação pelos processos de reterritorialização.

Como exemplo desse processo geográfico de T-D-R, podemos citar o caso dos imigrantes italianos reterritorializados nas antigas áreas florestais do Rio Grande do Sul no final do século XIX. Em um primeiro momento, esses camponeses europeus foram desterritorializados em função do avanço da Revolução Industrial e, num segundo momento, reterritorializados no Sul do Brasil. Em decorrência do movimento da sociedade, seus descendentes foram desterritorializados com o advento da modernização da agricultura, e o processo de reterritorialização ocorreu, por exemplo, na medida em que ingressaram e se organizaram em movimentos sociais no final da década de 1970.

Ao observarmos os recentes estudos no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, verificamos a utilização, com frequência, da terminologia desterritorialização e reterritorialização em estudos sobre migração, luta pela terra, identidade territorial, dentre outros. No entanto, a utilização dessa terminologia é um pouco mais remota, encontrada, principalmente, na obra dos filósofos Deleuze e Guattari (1997). A principal contribuição dos autores é a de que não existe uma desterritorialização desconectada de uma posterior reterritorialização.

A função de desterritorialização: D é o movimento pelo qual “se” abandona o território. É a operação da linha de fuga. Porém, casos muito diferentes se apresentam. A D pode ser recoberta por uma reterritorialização que a compensa, com o que a linha de fuga permanece bloqueada; nesse sentido, podemos dizer que a D é *negativa*. Qualquer coisa pode fazer as vezes da reterritorialização, isto é, “valer pelo” território perdido; com efeito, a reterritorialização pode ser feita sobre um ser, sobre um objeto, sobre um livro, sobre um aparelho, sobre um sistema [...] (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 224, grifo no original).

Abordar os conceitos de desterritorialização e reterritorialização a partir do discurso geográfico permite dotar a Geografia de um corpo teórico-conceitual renovado e necessário para entender a complexidade do mundo contemporâneo. Portanto, aí reside uma grande contribuição para nossa discussão. Para Haesbaert (2004), é necessário destacar a forte vinculação da obra dos autores com a Geografia³, principalmente (mas não apenas) através do conceito de desterritorialização. Para o autor, devemos pensar a territorialização e a desterritorialização como processos concomitantes, ou seja, fundamentais para compreendermos as práticas humanas.

No entanto, não existe um consenso de que os processos de desterritorialização sejam precedidos de processos de reterritorialização. Assim, evidenciamos duas grandes correntes interpretativas, principalmente associadas ao processo de globalização. Uma, que defende que a globalização estaria provocando desterritorialização, e outra, que acredita que, embora ocorra desterritorialização numa escala, verifica-se reterritorialização em outra.

Dentre os trabalhos que ratificam a reterritorialização e aqueles que a destacam, podemos citar alguns, como Storper (1994), Ianni (1995), Andrade (2002), Neves (2002), Saquet (2003), Haesbaert (1997, 1999, 2001, 2002, 2004, 2006), Oliven (2006). Esses estudos ganharam vulto na década de 1990, quando o processo de globalização da economia mundial configurou-se como um momento histórico importante do sistema capitalista, e teve como uma de suas principais características o processo de desenraizamento, ou melhor, o processo de desterritorialização.

Para Ianni (1995), a globalização tende a desenraizar as coisas, as pessoas e as ideias. Tudo tende a desenraizar-se: mercadoria, mercado, moeda, capital, empresa, agência, gerência, projeto, publicidade, tecnologia. Segundo o autor, assim se

desenvolve o novo e surpreendente processo de desterritorialização, uma característica essencial da sociedade global em formação.

O conceito de desterritorialização aplica-se não apenas a óbvios exemplos, como corporações transnacionais e mercados monetários, mas também a grupos étnicos, lealdades ideológicas e movimentos políticos que atuam crescentemente em moldes que transcendem fronteiras e identidades territoriais específicas. A desterritorialização tem afetado as lealdades de grupos envolvidos em diásporas complexas, suas manipulações monetárias e outras formas de riqueza e investimento, bem como as estratégias de Estado. O debilitamento dos vínculos entre povo, riqueza e territórios, por sua vez, tem alterado a base de muitas interações globais significativas e, simultaneamente, põe em causa a definição tradicional de Estado. (IANNI, 1995, p. 93).

O processo de desterritorialização ocorre com múltiplas implicações, seja nas esferas sociais e econômicas, seja nas políticas ou culturais. O mundo estaria cada vez menor, numa compressão das relações espaço-tempo.

À primeira vista, a *desterritorialização* lança a idéia de sociedade global no cerne da pós-modernidade. Aí muita coisa muda de figura, desloca-se, flutua, adquire outro significado, dissolve-se. Ao lançar-se além dos territórios, fronteiras, sociedades nacionais, línguas, dialetos, bandeiras, moedas, hinos, aparatos estatais, regimes políticos, tradições, heróis, santos, monumentos, ruínas, a sociedade global desterritorializa tudo o que encontra pela frente. E o que se mantém territorializado já não é mais a mesma coisa, muda de aspecto, adquire outro significado, desfigura-se. Rompem-se os quadros geográficos e históricos prevaletentes de espaço e tempo. Emergem outras conotações para o que é singular, particular, universal, em outras mediações. (IANNI, 1995, p. 103-104, grifo no original).

O que verificamos, no entanto, é, cada vez mais, o fortalecimento de barreiras/fronteiras. A sociedade global pode ser pensada somente na perspectiva da economia, mas, no plano político e cultural, verificamos a reafirmação de regionalismos e o impedimento do livre acesso das pessoas.

Só se pode compreender a globalização pela cuidadosa documentação dos casos em que ocorre a *desterritorialização* e daqueles em que a territorialização continua a exercer um forte papel; no primeiro caso, as atividades se tornam menos dependentes de recursos, práticas e interdependências específicas de um local. No segundo, continuam enraizadas em aspectos específicos locais. Só analisando os mutáveis e complexos padrões de territorialização e desterritorialização de atividades se pode desenhar um quadro preciso da natureza da globalização. (STORPER, 1994, p. 13, grifo no original).

No entanto, existe uma outra linha interpretativa que nega a análise isolada dos processos de desterritorialização, pois estes deveriam levar em consideração os processos de reterritorialização, uma vez que a globalização não pode ser compreendida apenas como um processo homogêneo, uniforme e unilateral, existindo outras esferas que carecem de ser observadas na atual conjuntura da sociedade contemporânea.

Uma das mais importantes contribuições no campo da Geografia para entendermos que os processos de desterritorialização devem ser analisados considerando-se também os processos de reterritorialização é encontrada em Haesbaert (1997), em seu estudo sobre a formação de uma rede “gaúcha” nos cerrados do Nordeste brasileiro.

Apesar de distinguirmos analiticamente território e rede, como já ressaltamos no capítulo anterior, estes encontram-se tão articulados quanto o processo contraditório de territorialização-desterritorialização que os produz. Desse modo, as redes não podem ser vistas apenas como “destruidoras de territórios”: uma combinação articulada de redes, “malha”, por exemplo, pode ser a base de um processo de (re)territorialização, ou seja, de formação de novos territórios. (HAESBAERT, 1997, p. 94).

Para Haesbaert (1999), virou moda afirmar que vivemos em uma era dominada pela desterritorialização, confundindo-se, muitas vezes, o desaparecimento dos territórios com o simples debilitamento da mediação espacial nas relações sociais. De acordo com o autor, os grupos sociais podem muito bem forjar territórios em que a dimensão simbólica se sobrepõe à dimensão mais concreta.

Diante da massa de despossuídos do planeta, em índices de desigualdade social e de exclusão cada vez mais violentos, o “apegar-se a terra”, a reterritorialização é um processo que vem ganhando força. Ele se torna imprescindível não somente como fonte de recursos para a sobrevivência física cotidiana, mas também para a recriação de seus mitos, de suas divindades ou mesmo para manter viva a memória de seus mortos. (HAESBAERT, 1999, p. 185).

Na tentativa de sistematizar o discurso vigente de que a sociedade vive um período de desterritorialização, Haesbaert (2002) aponta cinco possíveis interpretações: a primeira, uma perspectiva mais economicista, defende a ideia de superação dos entraves locais ou de localização; a segunda, uma abordagem mais cartográfica, afirma que ocorreria a superação do espaço pelo tempo, ou seja, um encurtamento de

distâncias; uma terceira entende que as relações seriam mais imateriais que materiais; uma quarta pressupõe que ocorreria um esvaziamento das fronteiras, permitindo o livre acesso; e a quinta acredita que a perspectiva cultural, referência simbólica, perderia sentido e se transformaria em não lugar.

Entretanto, o que se observa na realidade socioespacial contemporânea são relações muito mais complexas.

A mundialização, paradoxalmente, tem alimentado também a retomada de localismos, regionalismos e/ou nacionalismos, muitas vezes retrógrados e espacialmente segregadores [...] a velocidade dos fluxos e a simultaneidade proporcionada pelo progresso técnico não implicam, obrigatoriamente, a superação de uma reterritorialização diferenciadora e ressingularizante. [...] A desterritorialização que ocorre em uma escala geográfica geralmente implica uma reterritorialização em outra escala [...] (HAESBAERT, 2002, p. 132-133).

A discussão teórica sobre os processos de des-re-territorialização no âmbito da Geografia ainda carece de uma maior dedicação por parte dos pesquisadores, uma vez que se utiliza a terminologia sem um devido aprofundamento conceitual. Assim, é muito frutífero o diálogo com as Ciências Sociais, que buscam na Geografia uma compreensão da dimensão espacial da sociedade.

Os trabalhos que se dedicam ao estudo de processos de reterritorialização são tão diversos quanto as realidades socioespaciais. Assim, encontramos diversas abordagens para um mesmo processo, como aquelas que se dedicam a entendê-lo mais por uma vertente econômica, política ou cultural. Estudos sobre movimentos sociais no campo e na cidade e sobre a transposição geográfica de identidades culturais, dentre outros, são exemplos claros de que a reterritorialização está na ordem do dia.

Saquet (2003) estudou o processo de desterritorialização dos italianos no final do século XIX e sua posterior reterritorialização no Rio Grande do Sul. Aí podemos identificar um exemplo de desterritorialização influenciada por questões socioeconômicas do século XIX em determinadas regiões da Itália, durante o processo de industrialização da Europa. Para o autor, simultaneamente à desterritorialização, ocorreu a reterritorialização, pois são processos intimamente ligados na dinâmica socioespacial.

Ao mesmo tempo, se para os agentes promotores da colonização italiana no Rio Grande do Sul as questões econômica e (geo)política foram as principais, para os imigrantes, a re-territorialização poderia significar melhores condições de sobrevivência. A des-territorialização italiana implicou re-territorialização em outros lugares, onde os grupos sociais desenvolveram estratégias distintas para produzir, controlar e manter um *novo* território e *novas* territorialidades, como fruto da imbricação entre as *velhas* e as *novas* territorialidades no movimento de des-re-territorialização. (SAQUET, 2003, p. 54, grifo no original).

Conforme Oliven (2006), a desterritorialização é um termo utilizado para designar fenômenos que se originam num espaço e que acabam migrando para outros. Para o autor, esse conceito só faz sentido se for associado ao de reterritorialização, pois as ideias e os costumes saem de um lugar, mas entram noutra ao qual se adaptam e se integram. O autor cita como exemplo a desterritorialização na esfera cultural e cita o caso da transposição da identidade regional gaúcha.

A adoção da tradição originária da região da Campanha por habitantes de outras áreas do Rio Grande do Sul significou um primeiro processo de desterritorialização da cultura gaúcha que saiu de sua origem e adquiriu novos significados e novos contextos. Hoje há CTGs em todas as regiões do Rio Grande do Sul. Como se sabe, os gaúchos, em geral os descendentes dos colonos que não conseguem terras no Rio Grande do Sul, têm migrado para outros estados em busca de terras. Isso ocorreu com Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, Rondônia etc. E onde há gaúchos há CTGs. Hoje, 37 % dos CTGs estão no Rio Grande do Sul. A manutenção da cultura gaúcha por parte dos rio-grandenses que migraram para outros estados representa um novo processo de desterritorialização que é importante porque a cultura gaúcha continua com seus descendentes que muitas vezes nunca estiveram no Rio Grande do Sul. (OLIVEN, 2006, p. 160-161).

Ao discutir a relação entre reterritorialização e identidade em áreas de reforma agrária no Rio Grande do Sul, Medeiros (2007) identificou um processo de des-re-territorialização que, em um primeiro momento, promoveu a desterritorialização e, em um segundo, a reterritorialização de pequenos produtores familiares numa região onde se configura o domínio da pecuária e do latifúndio.

De certa forma, o processo de desterritorialização apresenta um viés econômico muito forte à medida que nega a reprodução de um determinado grupo em uma porção específica do território, fazendo com que ocorra seu deslocamento e a tentativa de re-territorialização (econômica, política, social, cultural) em outro lugar. Em ambos os processos (desterritorialização/re-territorialização), forças sociais, econômicas, políticas atuam como elementos de manutenção, expulsão ou atração (quando no processo de re-territorialização) de grupos envolvidos. (MEDEIROS, 2007, p. 5).

Os exemplos supracitados abordam apenas algumas das dimensões que confirmam que todo processo de desterritorialização é precedido de uma reterritorialização, seja na dimensão econômica, política ou cultural.

Desterritorialização, portanto, antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização de firmas ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial. [...] Na sociedade contemporânea, com toda sua diversidade, não resta dúvida de que o processo de “exclusão”, ou melhor, de precarização socioespacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador, é o principal responsável pela desterritorialização. (HAESBAERT, 2006, p. 67).

Mais do que um iminente processo de desterritorialização em curso, evidenciamos na sociedade contemporânea um complexo mundo organizado por inúmeras “formas” de territórios, uma verdadeira multiterritorialidade quase que esquizofrênica. Estaríamos, aí, diante do “mito” da desterritorialização.

[...] o que está dominando é a complexidade das reterritorializações, numa multiplicidade de territorialidades nunca antes vista, dos limites mais fechados e fixos da guetoificação e dos neoterritorialismos aos mais flexíveis e efêmeros territórios-rede ou “multiterritórios” da globalização. Na verdade, seria mais correto afirmar que o grande dilema desse novo século será o da desigualdade entre as múltiplas velocidades, ritmos e níveis de des-re-territorialização, especialmente aquela entre a minoria que tem pleno acesso e usufrui dos territórios-rede capitalistas globais que asseguram sua multiterritorialidade, e a massa ou “aglomerados” crescentes de pessoas que vivem na mais precária territorialização ou, em outras palavras, mais incisivas, na mais violenta exclusão e/ou reclusão socioespacial. (HAESBAERT, 2004, p. 372).

Portanto, estamos diante de um processo ainda mais complexo que a des-re-territorialização. O que evidenciamos nos dias atuais são proliferações de múltiplos territórios ou, melhor dizendo, multiterritorialidades. O território, além de sinônimo de poder, também é sinônimo de diversidade. E é na diversidade dos territórios que se constroem novas geografias, muitas vezes fazendo o percurso contrário aos interesses dos grupos historicamente hegemônicos.

Múltiplos processos de reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha

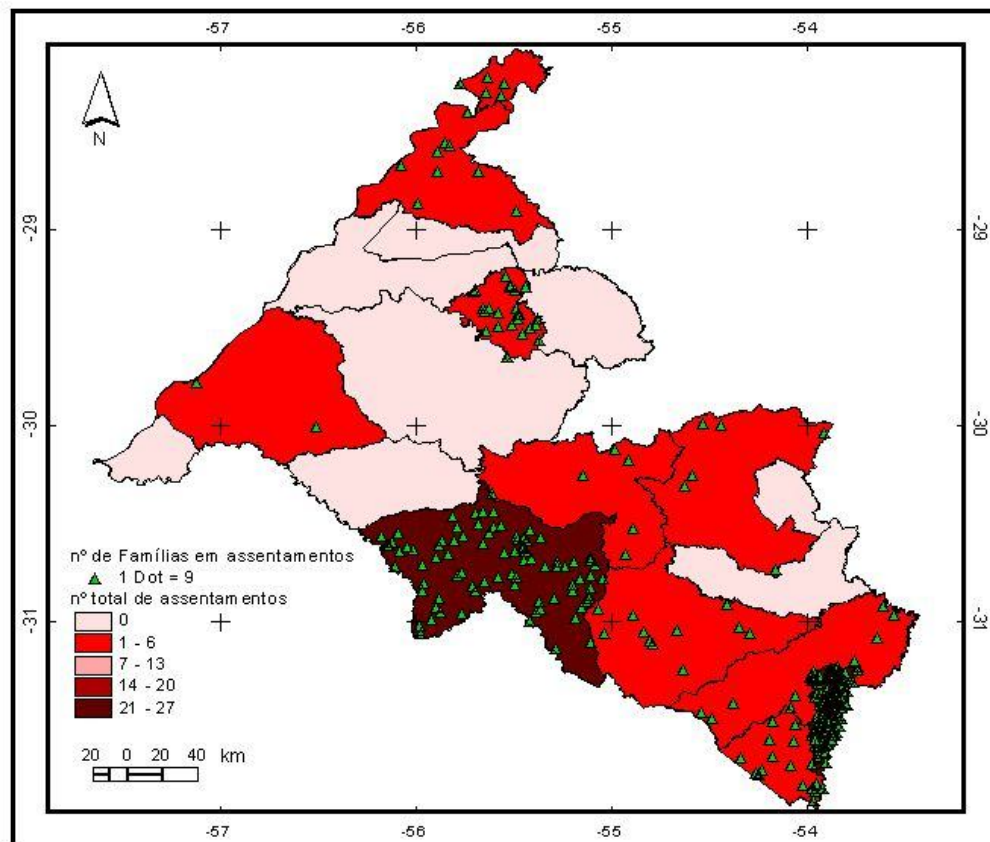
Neste item, realizamos a transposição teórica da des-re-territorialização para nosso caso empírico. Apresentamos a reterritorialização em sentido “aplicado” a

fenômenos concretos vivenciados durante nossos trabalhos de campo, realizados em alguns assentamentos rurais de reforma agrária na Campanha Gaúcha, mais especificamente em Sant'Ana do Livramento, município que possui a maior concentração de assentamentos rurais no Rio Grande do Sul⁴.

O deslocamento da luta pela terra para a Campanha Gaúcha representou uma das estratégias do MST para conquistar novos espaços de atuação e, conseqüentemente, assegurar seus objetivos de realizar a “reforma agrária” numa área que representa o cerne do espaço latifundiário gaúcho. E, em relação às demais áreas, o sudoeste gaúcho representava a disponibilidade de terras provenientes de uma pecuária que, em sua grande maioria, encontrava-se com a cadeia produtiva desestruturada.

Considerando a Campanha Gaúcha como um espaço de reserva de terras para a realização de assentamentos rurais, pode-se constatar que esse processo indica, de certa maneira, o esgotamento de terras improdutivas próximas às áreas tradicionais de assentamentos rurais no norte do Rio Grande do Sul, em função do alto nível de minifundização e, também, da presença de empresas capitalistas altamente modernizadas produtoras de soja e trigo, restringindo fortemente o processo de aquisição de terras.

Dos 19 municípios que compõem a Campanha, oito não possuem assentamentos em seus limites político-administrativos⁵. Nos demais, ocorre uma concentração especificamente no município de Hulha Negra, localizado na Microrregião Geográfica da Campanha Meridional, e em Sant'Ana do Livramento, localizado na Microrregião Geográfica da Campanha Central. Na Microrregião da Campanha Ocidental, destacamos o caso do município de Manoel Viana, que possui o maior assentamento em área territorial de toda a Mesorregião. Portanto, o maior foco de assentamentos rurais da Mesorregião localiza-se em sua porção centro-meridional (Mapa 2).



Mapa 2 – Campanha Gaúcha: número total de assentamentos e famílias assentadas até 2005
Fonte: DATALUTA/NERA.

Assim, existem algumas especificidades importantes nesse processo que precisam ser destacadas, podendo-se enfatizar três: (1) a primeira refere-se ao fato de que as quase 2.000 famílias re-territorializadas são provenientes de outras regiões do Rio Grande do Sul e, em um menor número, da própria Campanha; (2) outro fator refere-se à concentração desses assentamentos, que ocorreu basicamente em dois municípios, Hulha Negra e Sant'Ana do Livramento. No entanto, não é um processo uniforme em toda a região; (3) e o terceiro é o que se refere às políticas públicas específicas, visando a atenuar as reivindicações dos movimentos sociais do campo, por parte do Governo Federal ou do Governo Estadual, que refletem diretamente no período de realização dos assentamentos rurais.

(a) Reterritorialização num território estranho: impressões sobre a chegada

Dentre as características que mais nos chamaram atenção, destacamos a origem geográfica dos sem-terra reterritorializados no município, questões associadas à sua chegada, como preconceito e discriminação por parte de setores da sociedade local, e a adaptação ao novo ambiente.

Ao identificarmos as impressões dos atores desde sua chegada no assentamento e sua reterritorialização num espaço diferente, estranho, o que evidenciamos foi uma forte carga sentimental em seus depoimentos, fruto de uma longa trajetória que, em boa parte dos casos, não foi fácil, seja pelas suas diversas passagens pelos acampamentos itinerantes, vivendo em cada época num “canto” do Rio Grande do Sul, seja pelos novos desafios que se apresentaram após a conquista da terra.

Ao analisarmos o processo de reterritorialização dos sem-terra, uma das questões que mais nos despertam interesse foi sua grande mobilidade socioespacial⁶; são pessoas com muitas andanças pelo Rio Grande do Sul e até outros estados e países vizinhos, como Argentina e Uruguai. Ao dialogar com os sem-terra, facilmente percebemos a diversidade quanto à sua origem geográfica (lugar de origem). Os primeiros assentamentos rurais foram constituídos, quase em sua maioria, para não dizer na totalidade, de indivíduos provenientes da Metade Norte do Rio Grande do Sul, área historicamente marcada pela desterritorialização dos camponeses.

Nos últimos anos, contudo, a presença de “nativos” tem aumentado nos assentamentos mais recentes. De acordo com o dirigente regional do MST, até o ano de 1996 não existiam nos assentamentos de Sant’Ana do Livramento indivíduos da própria região; mas, em função das ações de base realizadas pelo movimento nos municípios circunvizinhos, indivíduos da própria região estão ingressando no MST.

O processo de reterritorialização dos sem-terra, que começou no final da década de 1980 e início de 1990, provocou reações contrárias à sua vinda para a região, mas também a favor desta, como demonstramos no capítulo anterior. A principal frente de reação contrária eram os proprietários de terra e o prefeito da época. Os favoráveis encontravam-se nos setores progressistas da sociedade, como o sindicato dos professores e alguns comerciários. O preconceito e a discriminação foram sentidos pelos

sem-terra na chegada, questões que, subjetivamente, repercutiram diretamente em sua adaptação na nova terra.

Constatamos entre as assentadas um enorme estranhamento ao chegarem ao assentamento. Inicialmente, destacaram que a paisagem era muito diferente da de seu local de origem, mas, de certa maneira, com o tempo, passaram a sentir uma sensação de liberdade, tendo em vista que os campos eram tão abertos que se perdiam de vista. No antigo lugar de residência, geralmente o relevo era mais ondulado e íngreme, “não se observava o horizonte”. Assim, torna-se evidente que a adaptação também precisou se dar em relação ao novo meio. Muito se falou das características do clima, muito frio no inverno e calor intenso no verão, seguido de um período de poucas chuvas.

A inserção dos trabalhadores sem-terra como novos atores sociais no espaço agrário da Campanha Gaúcha alterou relações sociais até então vigentes na região. Com esse novo processo, algumas relações tornaram-se mais complexas, tendo em vista a pluralidade de sujeitos que ali passaram a interagir.

Outro elemento importante que gerou enorme estranhamento na chegada foi o relativo isolamento geográfico do assentamento em relação à vida em comunidades, uma vez que as áreas de campo do sudoeste gaúcho são marcadas historicamente pela baixa densidade demográfica e por um número muito pequeno de comunidades rurais (igrejas, clubes, armazéns) em comparação com as áreas de origem dos assentados, onde a vida em comunidade possuía outro ritmo.

Ao chegarem à área definitiva, tudo estava por fazer, desde as instalações para moradia até aquelas associadas aos primeiros cultivos. Por serem áreas de campo nativo, tornou-se necessário o plantio de árvores para proteger a residência e os pequenos animais das intempéries. Na medida em que ocorreu o processo de reterritorialização, vários outros desafios entraram em cena para os sem-terra, principalmente aqueles associados às estratégias de reprodução e aos primeiros cultivos que garantiriam a sobrevivência da família.

A necessidade de se adaptar ao novo território conquistado e de estabelecer uma nova relação entre homem e meio transformou-se em mais um desafio para os sem-terra reterritorializados no sudoeste gaúcho. Portanto, os saberes tradicionais foram revistos,

já que se encontravam associados ao antigo ambiente, exigindo uma adaptação em seus ritmos de vida, bem como no período de plantio de certos cultivos.

As expressões da reterritorialização são múltiplas, talvez não consigamos abarcar tamanha complexidade. Entretanto, discutiremos aquelas que nos parecem mais em evidência.

A reterritorialização dos sem-terra no sudoeste gaúcho pode ser identificada a partir de três grandes expressões: a econômica, a política e a cultural.

A expressão da reterritorialização econômica pode ser identificada pela constituição de autênticos territórios de produção familiar no universo do espaço latifundiário. A nova racionalidade de exploração da terra por meio da formação de bacias leiteiras, polos de fruticultura e de produção de sementes agroecológicas são alguns dos exemplos.

A reterritorialização cultural é verificada na maneira de organização do lote, da construção das casas, nas formas de lazer, na religiosidade etc. A princípio, não existia uma forte ligação dos sem-terra com a “identidade gaúcha”, ou seja, com a participação em Centros de Tradições Gaúchas (CTGs), uma vez que, nesses espaços, cultua-se o modo de vida campeiro, a estância (o latifúndio). A sua cultura, pelo menos nos primeiros anos de assentamento, era reproduzida nos hábitos alimentares, na fala, com forte identificação com as regiões coloniais do Rio Grande do Sul.

Já a reterritorialização política é identificada pela formação de núcleos de resistência ao conservadorismo político regional. Nos últimos anos, tornou-se crescente a participação de partidos “ditos” mais de esquerda, em que seus representantes tiveram como base de apoio os territórios constituídos por assentamentos rurais.

(b) Materializando a reterritorialização: a (re)criação dos territórios de vida

Embora tenham sofrido processos de desterritorialização por muitos anos, morando em barracos de lona, na beira de estradas, com infraestrutura muito precária e alta mobilidade espacial, passando por diversos acampamentos, ao se reterritorializar num determinado lugar, os sem-terra reconstruíram seus territórios simbólicos, seja na maneira de ocupar seu ócio, seja na forma de construir suas casas ou nos hábitos alimentares, dentre outros.

Nessa tarefa de desvendar os hábitos culturais presentes nos assentamentos rurais, constatamos que nem tudo é feito como adaptação, pois existem elementos culturais que foram mantidos pelos sem-terra, podendo-se destacar: a maneira de falar, os hábitos alimentares, a maneira de construir suas casas, a organização do lote, elementos que se mantêm no transcurso do processo de reterritorialização.

A reprodução do território numa dimensão mais concreta ou no plano simbólico é mantida em associação aos antigos lugares de residência. Como se destacou no item anterior, a maioria dos sem-terra é proveniente de outras regiões do Rio Grande do Sul e, numa menor escala, da própria região. Em termos socioculturais, é um fator muito importante, tendo em vista que a identidade territorial desses indivíduos não é a mesma dos tradicionais camponeses da região fronteira.

Essas diferenças socioculturais são muito evidentes no Rio Grande do Sul entre áreas de ocupação antigas, geralmente associadas a elementos culturais dos descendentes de luso-brasileiros (localizados, principalmente, na Metade Sul do estado), como o modo de vida campeiro (típico gaúcho), e áreas de colonização ítalo-germânica (principalmente na Metade Norte) que, organizadas inicialmente em pequenas propriedades, reproduzem um modo de vida específico. Assim, na medida em que ocorre a reterritorialização dos sem-terra na região, essas duas regiões socioculturais são aproximadas.

Portanto, no decorrer do processo de reterritorialização, evidenciam-se algumas diferenciações socioculturais, principalmente em relação ao uso e à ocupação da terra no assentamento, uma vez que os sem-terra oriundos do norte do Rio Grande do Sul, inicialmente, dedicam-se mais a cultivar lavouras, e os sem-terra da própria região dedicam-se à pecuária de corte e à prestação de serviços para terceiros.

A reterritorialização de milhares de trabalhadores sem-terra na Campanha Gaúcha tem proporcionado no interior dos assentamentos uma significativa pluralidade cultural, principalmente associada à identidade territorial de cada grupo, que expressa no novo território seus símbolos, suas crenças, seu modo de vida, tornando esses assentamentos rurais verdadeiros “caldeirões culturais”. No entanto, não acreditamos que a reprodução dos seus antigos territórios de vida seja fiel, pois, no transcurso do processo de desterritorialização, novos elementos são incorporados e outros deixados de

lado. Ao ocorrer a reterritorialização, mantêm-se os traços culturais, por sinal muito fortes, mas com certo grau de hibridismo. Com o passar dos anos, com as trocas entre as pessoas, muitos elementos são revistos e outros incorporados à nova morada, por serem necessários para a sua reprodução no novo território.

Ao se reterritorializar, por exemplo, o grupo social que vem do norte do Rio Grande do Sul tenta reproduzir no novo território seus traços culturais, não só em relação ao uso e ocupação do lote, mas também em relação aos hábitos alimentares. Mas isso não quer dizer que, com o passar dos anos, em função das especificidades do novo território, mudanças e adaptações não ocorram, pois são questões que refletem diretamente em suas estratégias de reprodução.

Assim, não é difícil encontrarmos nos assentamentos lotes que desenvolvem a criação de bovinos e ovinos de corte, sendo seus titulares provenientes do norte do Rio Grande do Sul, onde eram acostumados a cultivar lavouras. O mesmo ocorre em lotes cujo titulares são da própria região, que incorporaram determinados cultivos até então não muito comuns em suas vidas.

(c) Desdobramentos da reterritorialização: as diferentes estratégias de reprodução

Nos primeiros anos do assentamento, geralmente são desenvolvidos os cultivos que os assentados estavam acostumados a fazer em sua região de origem. Entretanto, com o passar do tempo, percebem que nem tudo pode permanecer associado às suas tradições, pois as condições de solo e clima na região são bem específicas, exigindo uma adaptação. Assim, se nos primeiros anos ocorre uma predominância no cultivo de lavouras, principalmente a do milho, com o passar do tempo, percebem que tal cultivo não é uma atividade para gerar renda, somente para subsistência. Isso ocorre porque os verões na região são muito secos, o que não garante uma colheita satisfatória.

O processo de reterritorialização não é um processo simples, pois implica mudança de vida, de lugar de morada, enfrentar o novo, o desconhecido. A (re)adaptação ao novo lugar tende a ser mais difícil quando se trata de um lugar totalmente diferente do de origem, tanto no que se refere à cultura quanto ao ambiente. Mas a reterritorialização não modifica apenas a vidas das pessoas que estão chegando,

modifica também o novo lugar, na medida em que novas relações necessitam de ser (re)estabelecidas, num constante processo de aprendizagem e descobertas.

Durante a realização do trabalho de campo, percebemos o enorme estranhamento dos assentados em relação às características do meio ambiente local (clima e solo), uma vez que passam a depender grandemente do ritmo e da dinâmica da natureza. Na Campanha Gaúcha, a natureza é bem diferente da de seu lugar de origem, implicando diretamente sua reprodução, principalmente para os primeiros assentados que chegaram ao final da década de 1980 e início da de 1990, já que não ocorreu, pelo menos no início do assentamento, orientação técnica objetivando uma melhor adaptação a esse novo ambiente.

Ao perceberem que o novo território de vida possuía algumas especificidades, os assentados experimentaram novas estratégias de produção, não utilizando somente o cultivo de lavouras, uma vez que o déficit hídrico nos meses de verão (dezembro, janeiro, fevereiro e março) comprometeria sua produção. Uma das estratégias encontradas foi a produção de leite, tendo em vista que a região de Sant'Ana do Livramento é formada por pastagens nativas.

Dos 29 assentamentos existentes no município, pelo menos 18 produzem leite com o objetivo de gerar renda. A produção diária chega a 22 mil litros, que são destinados para a Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Oeste Ltda. (Cooperforte), que comercializa toda a produção mensal de 800 mil litros de leite. A organização em torno de uma proposta cooperativista propiciou a aquisição de caminhões próprios para o transporte do leite, bem como de tanques de expansão com capacidades de 6.000, 8.000 e 9.000 litros, respectivamente.

Estamos, portanto, diante de uma mudança na racionalidade da pequena propriedade encontrada na região que, historicamente, desenvolve a pecuária de corte (bovinos e ovinos) e não uma produção leiteira. Parece uma contradição, pois a vegetação de campos nativos permite o desenvolvimento da pecuária leiteira, mas o que está em jogo é uma questão cultural dos tradicionais pequenos proprietários da região. Percebendo essa potencialidade dos campos nativos, os assentados passaram a investir na pecuária leiteira como estratégia de reprodução.

Apesar de reclamarem do baixo preço recebido pelo litro de leite, os assentados argumentam que a atividade é responsável pela geração de uma renda mensal, capaz de pagar as despesas fixas, como energia elétrica e aquisição de produtos não obtidos no lote, como açúcar, café etc.

Já nos assentamentos localizados no município de Hulha Negra, a alternativa encontrada para a geração de renda foi a produção de sementes de hortaliças numa perspectiva agroecológica. Para Medeiros e Sousa Junior (2006), a produção agroecológica tornou-se uma importante estratégia de reterritorialização dos assentados da região do entorno de Bagé, especialmente os de Hulha Negra. A partir de 1997, a COOPERAL priorizou a produção de sementes agroecológicas denominadas BIONATUR, carregando consigo uma nova racionalidade, representando uma experiência pioneira.

Em função do incentivo governamental ao desenvolvimento da fruticultura nos municípios da região, como o programa do Governo Estadual Pró-Fruta, essa atividade também tem ganhado espaço nos assentamentos, tornando-se mais uma alternativa geradora de renda, como é o caso da produção de melão, melancia, pera, pêssigo e uva de mesa.

Como vimos, muitas são as estratégias de reprodução experimentadas pelos assentados, embora, muitas vezes, a falta de uma política eficaz para a emancipação dos projetos de assentamentos rurais seja o maior obstáculo para a definitiva reterritorialização desses indivíduos na região.

Considerações finais

Nessa tarefa de desvendar os assentamentos rurais sob a perspectiva da dinâmica T-D-R, constatamos que nem tudo é feito de adaptação. Existem elementos socioculturais que são mantidos pelos sem-terra, como a maneira de construir suas casas e organizar seus lotes. São pessoas que estão reescrevendo a história de suas vidas e também a nova Geografia da Campanha Gaúcha. Por isso, consideramos os camponeses sem-terra os novos atores sociais inseridos no espaço agrário no decorrer da década de 1990.

Na escala local, onde os processos de reterritorialização camponesa são mais evidentes, tanto na esfera material como na imaterial, identificamos a reconstrução de territórios de vida daqueles camponeses que, desterritorializados, migraram para a Campanha Gaúcha, nem sempre por sua própria vontade, mas por força das circunstâncias políticas do momento. A Campanha, novo território de vida, apresenta-se como o novo a ser desvendado, vencido, conhecido, vivenciado. A Colônia, deixada para trás durante os processos desterritorializantes, permanece na memória, nas lembranças, na saudade, nas gentes que ficaram.

É evidente que as primeiras percepções se deram a partir da relação estabelecida com o meio. Muito se falou das características do clima, muito frio no inverno e calor intenso verão, seguido de um período de poucas chuvas. Evidenciou-se que essa foi a primeira adaptação que teve que ocorrer. Assim, mudou-se a relação homem x meio, já que seus saberes ligados ao clima tiveram que ser reavaliados, como o período de plantio, que é diferente, o rigor do frio no inverno, por ser campo aberto, e o déficit hídrico no verão, que restringe o cultivo de certas lavouras.

Apesar da ausência do poder público, a esfera da vida cotidiana se reproduz, reconstruindo novos territórios de vida, de sociabilização, de produção, embora num ambiente natural mais hostil (solos pouco férteis, invernos frios e rigorosos e verões quentes e secos).

As novas territorialidades expressas pelos camponeses reterritorializados incorporaram novos elementos socioculturais no espaço agrário regional. Os camponeses passaram de uma condição histórico-estrutural de marginalidade e subordinação para uma condição de protagonistas, evidenciando seu caráter organizacional por meio do movimento social e materializando, no novo território de vida, sua cultura, suas crenças e suas esperanças.

Portanto, a dinâmica Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (T-D-R) apresenta-se como importante viés analítico para interpretarmos a atuação dos movimentos sociais no campo e a construção de novos territórios da produção camponesa.

Notas

¹ A Campanha Gaúcha, localizada no sudoeste do estado do Rio Grande do Sul/Brasil, historicamente é identificada como território do latifúndio agropastoril gaúcho. A partir da década de 1990, intensificaram-se os conflitos fundiários. O resultado desse processo foi a atuação do Estado na aquisição de dezenas de propriedades para a realização de assentamentos rurais. A conquista de assentamentos em áreas típicas de pecuária de corte faz parte do processo de territorialização da luta pela terra na década de 1990.

² A FARSUL é uma entidade de classe que congrega os Sindicatos Patronais do Rio Grande do Sul. A entidade completou, em 24/08/2007, oitenta anos de fundação, sendo a mais antiga do país. Historicamente, defende os interesses do agronegócio gaúcho, sendo que, na última década, deu atenção especial aos assuntos fundiários, principalmente em relação ao direito à propriedade, tendo em vista as atuantes ações do MST no estado. Destacamos que em outros estados da federação existem outras entidades, como é o caso da União Democrática Ruralista (UDR), que defende os interesses dos grandes proprietários, mas, no Rio Grande do Sul, em função da longa trajetória da FARSUL, não possuem representação.

³ Maiores detalhes sobre a contribuição teórica dos autores para com a Geografia, consultar Haesbaert (2004), especificamente o Capítulo 3: *Território e Desterritorialização em Deleuze e Guattari*.

⁴ Até o ano de 2009, o município de Sant'Ana do Livramento contava com vinte e nove (29) assentamentos rurais, reunindo mais de mil famílias reterritorializadas em seu território.

⁵ Estamos nos referindo aos assentamentos rurais fruto da luta pela terra, realizados pelo INCRA ou Governo Estadual, pois existem áreas consideradas como assentamento, mas oriundas de outras políticas fundiárias, como o caso do Banco da Terra, muito difundido durante o Governo Fernando Henrique Cardoso. No entanto, não conseguimos realizar tal levantamento.

⁶ A partir das informações da EMATER, do INCRA, do MST e de Chelotti (2003), constatamos que cerca de 90% dos camponeses reterritorializados no referido município eram oriundos de outras regiões

Referências

ANDRADE, M. C. de Espaço agrário brasileiro: velhas formas, novas funções, novas formas, velhas funções. **Geosp – espaço e tempo**, São Paulo, n. 12, p. 11-19, 2002.

____ Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Org.) **Território – globalização e fragmentação**. 5 ed. São Paulo: AnnaBlume/HUCITEC, 2002. p. 213-220.

BERNARDES, N. **Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997. (Coleção Ciências Sociais).

CHELOTTI, M. C. **A estância metamorfoseou-se: (re)configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha (1990-2007)**. 2009, 288f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, UFU, Uberlândia, 2009.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave em geografia. In: CASTRO, I. E. et al. (Org.) **Geografia: conceitos e temas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p.15-47.

DELUEZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia**. Tradução Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, 1997. v. 5

FERREIRA, D. A. de O. **O mundo rural e Geografia. Geografia Agrária no Brasil: 1930-1990**. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

HAESBAERT, R. **RS: latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

___ **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha** no Nordeste. Niterói: Eduff, 1997.

___ Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 169-190.

___ Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E. da; COSTA, P. C. da; CORRÊA, R. L. (Org.) **Geografia: conceitos e temas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 165-205.

___ **Territórios alternativos**. Niterói: Eduff; São Paulo: Contexto, 2002.

___ **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

___ Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO DOS GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005. p. 6774 - 6792

___ Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. et al. **Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 43-70.

HEIDRICH, A. L. **Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

IANNI, O. A desterritorialização. In: _____ **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 89-105.

LEITE, S. et al. (Org.) **Impacto dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: IICA: NEAD; São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

MEDEIROS, R. M. V. Re-territorialização e identidade: o significado dos assentamentos para a economia dos municípios: os casos de Hulha Negra, Aceguá e Candiota na Campanha Gaúcha (RS). In: IX COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 2007. Porto Alegre: **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2007. p. 1-17.

MORAES, A.C. R.; COSTA, W. M. **A valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1987.

NAVARRO, Z.; MORAES, M. S.; MENEZES, R. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In MEDEIROS, L.S.; LEITE, S. (Org.) **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. UFRGS/CPDA, 1999. p. 19-68.

OLIVEN, R. G. Território, fronteiras e identidades. In: SCHULER, F.; BARCELLOS, M de A. (Org.) **Fronteiras: arte e pensamento na época do multiculturalismo**. Porto Alegre: Sulina, 2006. p. 157-166.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins (RS)**. Porto Alegre: Edições Est, 2003.

___ ; SPOSITO, E. S.; RIBAS, A. D. (Org.) **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão/PR: UNIOESTE, 2004

___ **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____ **A metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

_____ **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território. Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, I.; Gomes, P.C.; Correa, R.L.. (Org.). **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 140-164.

___ "Território" da divergência (e da confusão): Em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e**

territorialidades: Teorias, processos e conflitos. São Paulo e Presidente Prudente: Expressão Popular, 2009, p. 57-72.

STORPER, M. Territorialização numa economia global: possibilidades de desenvolvimento tecnológico, comercial e regional em economias subdesenvolvidas. In: LAVINAS, L.; CARLEIAL, L. M. da F.; NABUCO, M. R. (Org.) **Integração, região e regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, p.13-26.

Recebido em 19/11/2011 Aceito para publicação em 17/12/2012.
